

CONSUMO ENTRE OS POBRES (CONSUMO PRECÁRIO) E ENTRE AS “NOVAS  
CLASSES MÉDIAS” (CONSUMO ESPELHO): UM EXERCÍCIO SOBRE  
IDENTIDADE DE CLASSE E INCLUSÃO SOCIAL NO COMPLEXO DO ALEMÃO

VI ENEC

VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO

II ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO

GRUPO DE TRABALHO 02 – CONSUMO E INCLUSÃO SOCIAL

Sérgio Ricardo R. Castilho

[sergiorodriguescastilho@gmail.com](mailto:sergiorodriguescastilho@gmail.com)

Professor do Departamento de Sociologia  
e Metodologia das Ciências Sociais da UFF

Tem se tornado quase um lugar comum nos meios de comunicação e entre os analistas da última década falar sobre a chamada ascensão das novas classes médias na sociedade brasileira. Essa “ascensão” coloca uma série de problemas sociológicos a começar, como todos sabemos, pela definição do que seja “classe média”; a continuar pela relação entre tal “ascensão” e a questão das desigualdades sociais e a desembocar na relação entre tal “ascensão” e os novos padrões de consumo que permite/provoca.

Segundo uma das narrativas mais bem sucedidas sobre tal “ascensão”, 52,67% da população, o equivalente a quase 98 milhões de pessoas pertenceriam a essa “nova classe média”, que colocada entre as classes A-B (correspondendo a cerca de 10% da população) e D-E (correspondendo a cerca de 40% da população), seria “(...) a imagem mais próxima da sociedade brasileira”. Essa “nova classe média” seria medida em termos de seu ganho econômico domiciliar entre R\$1.064,00 e R\$ 4.561,00, algo entre 291,00 e 923,00 de renda per capita (Néri, 2008).

Essa é uma definição que - embora afirme levar em consideração as expectativas e atitudes daqueles que fazem parte de tais “classes” - centra nos aspectos “objetivos”, a partir do quanto se recebe em termos econômicos e do poder de consumo correlato (acesso a bens duráveis, utilização de serviço de outros e nível de instrução do chefe de família são aqui os principais indicadores). Complementarmente o trabalho também pretende medir o potencial dessa nova classe média “(...) do ponto de vista do produtor, ou seja, da capacidade de manter de fato esse potencial de consumo ao longo do tempo” (Neri, 2008: 23-24). Quando se reporta aos aspectos subjetivos – e indissociáveis, pelo menos desde a perspectiva que adoto, em relação aos aspectos objetivos da definição do que sejam classes sociais - o estudo cita o colunista do New York Times, Thomas Friedman, em seu livro *O Mundo é plano*, segundo o qual a classe média se define menos em função do nível de vida e renda presente e mais em função da expectativa de estar numa posição melhor no futuro.

Essa oscilação se resolve inequivocamente a favor de uma perspectiva objetivista, a qual se somam em determinados momentos, certo voluntarismo. Assim, embora afirme que é da “nossa” classe média (“brasileira”, bem entendido, em comparação às classes médias dos outros países) no sentido estatístico (“recebe em média a renda média da sociedade”) que se trata, em outros enfatiza tal “protagonismo”,

vez que se trata de “(...) definir, quantificar e detalhar o protagonismo econômico dessa nova classe nas principais cidades brasileiras” (2008: 07) (o trabalho se ateve as seis maiores cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre).

De acordo com essa perspectiva, 20,4 milhões teriam deixado a pobreza desde 2003. Naquele ano 28,12% dos brasileiros eram considerados pobres, ou seja, tinham renda mensal de até 140,00 mensais em valores atuais. Teriam passado a ser 15,32% em 2008, configurando uma “ascensão para a classe média” de 17,03% (Néri, 2008: 30). Até que ponto essa forma de ver o surgimento de uma “nova classe média” é resultado de um interesse “técnico” puro ou faz parte dos esforços e interesses dos governos do PT é uma questão polêmica em aberto. Pois, de fato, a classificação das classes sociais segundo critérios exclusivamente de renda, seguindo a metodologia proposta nesse estudo 2008, acabou por ser adotada pelo governo federal para elaboração de políticas públicas e para o enfrentamento à pobreza (NOTA: Veja-se a seguinte notícia: “O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Moreira Franco, rebateu nesta segunda-feira – 25/06/2012 - as críticas feitas ao modelo, adotado pelo órgão, para definir as classes sociais no Brasil. De acordo com o ministro, as críticas de que o modelo seria uma forma de manipular a criação de uma nova classe média e criar um ambiente favorável ao governo partem de setores da oposição, que não consideram os aspectos técnicos adotados na proposição. ‘Nós enfrentamos o problema [de definir a classe média] para evitar justamente essa politização. Precisamos ter um conceito dos grupos sociais, das classes, no Brasil, que nos permita formular políticas públicas com foco, que se dirijam adequadamente às pessoas desses grupos, de acordo com suas expectativas, necessidades e demandas’, declarou Moreira Franco ao participar do seminário Definindo a Classe Média no Brasil, organizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo. Os critérios que definem as classes sociais no Brasil foram divulgados no dia 29 de maio e têm como única variável a renda per capita familiar. A definição foi feita por uma comissão, vinculada à SAE, que aponta três classes gerais: baixa (R\$ 81 a R\$ 291), média (R\$ 291 a R\$ 1.019) e alta (acima de R\$ 1.019). A classe média, por sua vez, está dividida da seguinte forma: baixa classe média, com renda familiar per capita entre R\$ 291 e R\$ 441; média classe média, entre R\$ 441 e R\$ 641; e alta classe média, com renda superior a R\$ 641 e inferior a R\$ 1.019. [http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201206252145\\_ABR\\_81343259](http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201206252145_ABR_81343259). Acesso em 20/08/2012.

Tentarei aqui refletir - a partir de dados empíricos retirados de entrevistas e observação-participante realizados entre março e dezembro de 2011 numa área popular da cidade do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão - sobre tal processo de “ascensão” desde uma perspectiva mais etnográfica, tratando especificamente das questões relativas

à identidade de “classe” e os padrões de consumo que ele coloca. Também colocarei em cena a percepção que os próprios membros de tal processo possuem.

Utilizo o termo identidade de classe, mas não se trata de forma alguma da discussão acerca das classes sociais tal como faz a teoria e a pesquisa sociológica preocupada com a estratificação social (seja clássica ou contemporânea). Ela só aparecerá aqui secundariamente, quando colocarei os dados empíricos em diálogo com as questões relativas à suposta ascensão social das classes médias e a inclusão social.

Até que ponto - e a partir de que ponto - a melhoria no ganho econômico de uma família pode ser considerada satisfatória para definir a “passagem” das classes populares para as classes médias? O que são, afinal, tais classes médias e populares? Quais tipos ou padrões de consumo podemos encontrar associados a essas “novas classes médias”? Transformações nos tipos e padrões de consumo são suficientes para falarmos em processos de “inclusão social”?

O trabalho tem a forma seguinte. Em primeiro lugar apresentarei alguns dados que contextualizam o local no qual – na parte terceira - as duas famílias que representam trajetórias de a) ascensão social (“consumo espelho”) e b) estagnação ou decadência (“consumo precário”) se situam. Na segunda parte apresentarei algumas breves reflexões sobre as relações entre a antropologia e a sociologia do consumo, a pobreza e as questões da ascensão e inclusão social. Acredito que elas também servirão para uma melhor compreensão do que está em jogo nos dados da terceira parte. Na conclusão procurarei colocar os dados contextualizados em diálogo com as questões acerca da suposta ascensão da classe média na sociedade brasileira, da diminuição das desigualdades sociais e as imagens que fazemos da estrutura social brasileira.

## 1 – O CONTEXTO

O Complexo do Alemão é uma das maiores regiões favelizadas do Rio de Janeiro, com cerca de setenta mil habitantes (alguns dados falam em até cem mil habitantes). Fica localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e abrange cinco bairros: Ramos, Inhaúma, Bonsucesso, Penha e Olaria. Ele foi construído sobre a serra da Misericórdia, uma formação geológica de morros e nascentes, hoje quase toda destruída. Os moradores lutam hoje para preservar o restante, no que deve se tornar o Parque Urbano da Serra da Misericórdia.

A divisão mais comum do Complexo engloba treze localidades: Morro do Alemão, Grotta, Nova Brasília, Alvorada, Alto Florestal, Itararé, Morro Baiana, Morro Mineiro, Morro da Esperança, Joaquim de Queiroz, Cruzeiro, Morro das Palmeiras e Morro do Adeus. As áreas mais densamente povoadas são o Morro do Alemão, a Grotta, a Nova Brasília (essas três são também o primeiro núcleo da ocupação), o Morro da Baiana e Alvorada; o Alto Florestal e o Itararé tem grandes partes em área de risco. A ocupação se iniciou a partir da divisão, em 1928, de lotes de terra que pertenciam ao senhor Leonard Kacsmerkiewiez, um polônes que ficou conhecido como Alemão e deu o seu apelido ao morro, posteriormente Complexo. Mas foi só na década de 40 e 50 que os moradores começaram a chegar em maior número, coincidindo com a intensificação da industrialização e o desenvolvimentismo posterior. A explosão demográfica se deu a partir da década de 80. Uma pesquisa realizada em 2009 (no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - do Governo Federal e entre junho de 2008 e maio de 2009 e intitulada “Censo das Favelas”. Consultar: [www.egprio.rj.gov.br](http://www.egprio.rj.gov.br). Acesso em 26/05/2010) mostrou que 31,3% das famílias entrevistadas passaram a residir no imóvel onde foram localizados desde 2000; 16,6% desde 1990 e 12,9% desde 1980.

Considerada uma das regiões mais pobres do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão apresenta um índice de desenvolvimento social (IDS) de 0,474, um dos dez últimos colocados entre os 158 bairros cariocas. A esperança de vida no Complexo é de 65 anos, enquanto a média para a cidade do Rio de Janeiro é de 72 anos; aproximadamente 14% da população é analfabeta. Nessa região, cerca de 29% da população local vive abaixo da linha de pobreza, e a taxa de mortalidade infantil é de

40,15 por 100 mil nascidos vivos, número cinco vezes maior do que na zona sul da cidade, que é de 7,76 por 100 mil (IPEA 2011).

A questão da posse se apresenta de maneira muito grave: 32,0% dos entrevistados dizem ter um documento de posse concedido pela associação de moradores (há que se resguardar quanto à legalidade dessa documentação, certamente); 10,9% uma escritura; 6,7% registro em cartório; 2,1% documento particular; 1,8% documento emitido pela prefeitura. Em segundo lugar, a questão da falta de privacidade também se apresenta de forma aguda: 61% das casas têm parede compartilhada e/ou laje com outra(s); 33,4% são casas isoladas. Em quarto lugar o acesso à residência evidencia algumas das dificuldades que passa boa parte da população: de fato, 41,3% têm o acesso de sua casa possível apenas através de escadaria, beco ou rua muito íngreme. O acesso por ruas onde passam carros (29,9%) e ruas de pedestres (25,7%) existe para uma pequena maioria da população.

A rede de esgoto é bastante razoável (alcança 92,1% dos domicílios), mas o destino do lixo e o abastecimento de água são problemas para várias localidades do Complexo. 34% das residências possuem telefone fixo, 48,1% não (17,1% não informaram) 38% das pessoas possuem telefone celular, 42,3% não (19,7% não informaram). Os serviços de correio não alcançam 60,6% das residências.

As dimensões de cidade que o Complexo do Alemão possui ficam ainda mais evidentes quando olhamos para o mapa da economia local<sup>1</sup>. São mais de cinco mil (5008) empresas ou empreendedores atuando na região, um percentual bastante alto da população economicamente ativa. Destas, 37,2% (1865) funcionam nas próprias residências. Quase 93% (92,3%) admitem que o negócio é informal. O motivo que leva a abertura do negócio é aumentar a renda familiar (35,7%) e fugir ao desemprego (33,8%). Dessas empresas e pequenos negócios, 61,0% dizem respeito aos serviços, 34,6% dizem respeito ao comércio e 4,3% dizem respeito à indústria.

O Complexo do Alemão encontra-se no centro dos debates e discussões públicas acerca dos rumos da cidade na medida em que a pobreza, o tráfico de drogas e a violência formam uma mistura explosiva na região. O poder público está realizando lá

---

<sup>1</sup> O “Censo das Favelas” é composto dois questionários para cada um dos locais: o “Censo Domiciliar” e o “Censo Empresarial”. No “Censo Empresarial” estão as informações acerca dos empreendimentos econômicos locais. Da mesma forma, consulte [www.egprio.rj.gov.br](http://www.egprio.rj.gov.br). Acesso em 26/05/2010.

uma série de intervenções, e afirma pretender superar a situação de desassistência histórica da região.

O alinhamento político-partidário-administrativo com o Governo Lula e depois com o da presidente Dilma foi alcançado com a vitória primeiro de Sérgio Cabral ao Governo do Estado em 2006 e de Eduardo Paes à prefeitura do Rio (filiado ao PMDB depois de pertencer ao PFL) em 2008. Ele permitiu que o Governo Federal estabelecesse uma série de parcerias somando esforços na área. O Governo Federal dotou, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>2</sup>, uma série de recursos para a região. O Governo do Estado alçou a região a uma de suas áreas privilegiadas pela nova política de segurança.

Além de retirar os moradores de áreas de risco, pretende-se diminuir a densidade populacional, ruas mais largas e pavimentadas, a criação de espaços públicos de lazer (praças, cinemas, “centros de conhecimento”, etc) e novas condições de acesso aos serviços e oportunidades da cidade de uma forma geral. Já foram construídos um teleférico (com 3 quilômetros e seis estações, a 35 metros de altura), algumas áreas de lazer, uma “praça do conhecimento”, a Escola Tim Lopes, etc - um modelo com inspiração (entre outras) em Medellín, na Colômbia.

O Estado já teria realocado 3.031 famílias no Alemão: 1.502 nas novas moradias e 1.529 do pagamento de indenização ou compra assistida. Outras 920 famílias estão recebendo o Aluguel Social (NOTA) enquanto aguardam a construção de novas unidades habitacionais na Avenida Itaoca e na Estrada do Timbó. Das 1502 novas moradias construídas, 920 foram erguidas pelo PAC. Outras 582 foram construídas nos Residenciais Jardim Acácias e Jardim Palmeiras, construídos pelo Minha Casa Minha Vida e comprados pelo Governo do Estado.

O poder público também tem estado presente através de uma atuação mais específica: a política de segurança. O Complexo do Alemão é pensado como um caso “exemplar” da política de “pacificação” das favelas no Rio de Janeiro. A ideia de “pacificação” está presente em uma das ações atuais de maior visibilidade por parte do

---

<sup>2</sup> O PAC é o programa de obras e investimentos públicos iniciado no segundo governo Lula, em 2008. Trata-se de um conjunto de ações que pretende modernizar a economia e a sociedade. Para mais informações a partir da perspectiva do governo, conferir: <http://www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em 03/02/2009.

Governo do Estado no que diz respeito à segurança pública: as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). O seu modelo é o das “polícias comunitárias”, que pretendem se integrar, por meio de relações as mais diversas, às populações que são alvo de suas atividades<sup>3</sup>.

Os eventos mais recentes da situação de conflito que lá existe por conta do tráfico de drogas envolvem o suposto assassinato de dois policiais por criminosos que seriam do Complexo do Alemão no início de 2007. Em dois de maio de 2007 iniciou-se uma “ocupação” pela polícia civil, militar e a Força Nacional, com um contingente total de 1.350 pessoas. Desde então sucessivos embates entre os policiais e os traficantes aconteceram, até que num confronto ocorrido em 27 de junho desse mesmo ano dezenove pessoas foram mortas e várias feridas numa batalha que durou mais de sete horas<sup>4</sup>.

No final de novembro de 2011 uma nova ocupação, desta vez com forças do Exército e carros blindados também pretendeu encerrar uma onda de violência que tinha levado a morte de quarenta e seis pessoas na cidade nos últimos dois meses. Essa ocupação tinha um cronograma segundo o qual as forças do exército sairiam da região em julho de 2012, cedendo lugar às novas UPPs. Isto de fato ocorreu, e foram instaladas até o momento quatro das seis programadas: Morro do Alemão, Fazendinha, Nova Brasília e Adeus/Baiana (NOTA). A demonstrar que o processo de “pacificação” não está totalmente consolidado, entretanto, no dia 23/07/2012 bandidos atacaram a UPP de Nova Brasília. Uma policial militar foi morta no confronto, o que levou o Governo do Estado a retroceder e a reenviar o Exército por um período ainda indeterminado.

---

<sup>3</sup> Na definição do site oficial do Governo do Estado: “A Unidade de Policiamento Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...). Hoje, as UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Criadas pela atual gestão da secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública”. [www.upp.rj.gov.br](http://www.upp.rj.gov.br). Acesso em 24/05/2010.

<sup>4</sup> “Mega-operação no Alemão deixa 19 mortos”. *O Globo*. 1 de novembro de 2007. Visitado em 12/04/2010.

## 2 – CONSUMO, POBREZA, ASCENSÃO E INCLUSÃO SOCIAL: RUMO À CLASSE MÉDIA?

Em que medida o consumo pode ser um elemento auxiliar na compreensão dos modos de vida e dos mecanismos de ascensão social presentes nas classes populares no Brasil contemporâneo? Para além dos mecanismos cada vez mais sofisticados de elaboração de indicadores “objetivos” acerca do pertencimento a esta ou aquela classe social, como os membros de tal processo percebem seu movimento? Em que medida tal auto-compreensão pode nos dar pistas para uma compreensão mais satisfatória do que está ocorrendo?

Os estudos sociológicos e antropológicos sobre o consumo – não é este o momento para fazer um histórico da evolução do tema - têm convergido no sentido de “(...) tentar demonstrar as conexões sistemáticas entre a estrutura das motivações que formam a demanda e a natureza do campo socioeconômico mais amplo” (Friedman, 1994: 22). Tais motivações socioculturais não podem ser compreendidas pela psicologia e pela economia, estritamente falando. Também não podem ser compreendidas a partir de explicações mono-causais – acerca de uma suposta competição por distinção, como pretendeu Bourdieu e, antes dele, Veblen.

A perspectiva que assumo é a de procurar perspectivas teóricas generosas e flexíveis que nos permitam apreender o consumo como um dado cultural, livrando-o de quaisquer formas de economicismo e inserindo-o em estratégias mais amplas de reprodução da vida em sua multiplicidade.

De uma forma geral pode-se argumentar que os estudos mais fecundos sobre o consumo criticam os *approaches* marxistas, funcionalistas e modernistas quanto à pressuposição comum de que a mercantilização traria consequências tais como a homogeneização ou mudanças particulares na estrutura social (Miller, 1998; Lipovetski, 2007).

Podemos acrescentar que tais estudos possuem dois aspectos fundamentais: 1) procuram evitar tratar a história a partir de modelos pré-definidos, centrando a atenção nas práticas dos consumidores e suas relações com a sociedade mais ampla. Dessa forma são evitadas as perspectivas, *instintivistas*, *manipulacionistas* e *Veblenianas*, que tendem a conceber o consumo como forma de comportamento involuntária, irracional ou desprovida de valor (Campbell, 1987: 202); 2) procuram uma definição, ainda tentativa e exploratória, dos tipos de racionalidades envolvidos na prática do consumo: uma

racionalidade que, diferentemente daquela concebida pela economia política clássica, pelo utilitarismo e pelo Iluminismo, incorpora a *imaginação* (com todos os deslocamentos e projeções que esta permite) como elemento central.

Não foi preciso esperar o surgimento de uma sociologia e uma antropologia do consumo, no entanto, para compreender os processos de escolha - inclusive aquela tida como “econômica” - como multicausados. A antropologia tem tratado de mostrar, desde os seus primórdios, a diversidade de escolhas, prioridades e regras de conduta que caracterizam os povos e suas culturas. Quando ela se aproximou da sociologia urbana e da sociologia preocupada com os setores pobres da sociedade fertilizou uma perspectiva que vê a pobreza como cultura que não pode evidentemente se definir apenas a partir de sua negatividade (Hoggart, 1957; Lewis, 1975).

Também no Brasil já foram feitos importantes estudos sobre esse universo dos pobres e trabalhadores pobres. De uma forma geral eles mostraram que esse universo se mantinha refratário ao individualismo, reafirmando os valores hierárquicos e moralizantes da ordem social, bem como a importância do trabalho como elemento de identidade social (Duarte, 1986, Sarti, 1996 e Zaluar, 1985).

Nunca é demais lembrar a conhecida dificuldade de medir a pobreza, dado que esta não é um atributo fixo, mas relacional e contextual. Quer dizer, quando falamos ou pensamos em pobreza estamos sempre, por aproximações, comparando “os que têm mais” com “os que têm menos”, e daí definindo os pobres. É completamente diferente falar na pobreza dos *homeless* de Nova York e falar na pobreza da população rural de Moçambique, p.ex. Mesmo a pobreza na periferia de capitais brasileiras como São Paulo ou Maceió é bastante diferente.

Nos últimos vinte anos os pobres, sua definição, seu modo de vida e consumo, as desigualdades sociais, as estratégias para ascensão social por parte do que estão “abaixo” na escala social, se tornaram objeto de muitos estudos e abordagens. A maior parte desses estudos adota uma perspectiva econômica estrita, equivocando-se quanto a possibilidade da “economia” constituir-se numa esfera à parte, com racionalidade própria.

Parte dessas abordagens é resultado das iniciativas, por parte do governo federal, de fornecer elementos para políticas públicas que pretendem diminuir as desigualdades sociais extremas e atávicas que permanecem em nossa estrutura social. Outra parte é resultado dos interesses da publicidade e do marketing das empresas que pretendem auferir ganhos com o consumo dos pobres (ROCHA & SILVA, 2008).

Alguns poucos estudos na área da antropologia e sociologia do consumo tem se debruçado sobre as atividades de consumo por parte dos pobres ou classes populares (BARROS, 2007; CASTILHO, 2004 e 2006). Muitos estudos acadêmicos produzidos desde as áreas de administração, propaganda e marketing ficam, dado o seu caráter aplicado, entre a segunda e a terceira abordagem.

Também se tornou razoavelmente aceito estabelecer uma distinção entre pobres e miseráveis, no plano mundial, para políticas de combate a fome desde pelo menos a década de 70 do século XX, quando a UNESCO iniciou campanhas contra esse flagelo social. Tornou-se um consenso razoável definir uma linha de 30 dólares, internacionalmente, ou 70 reais, em termos nacionais, como o limite para a pobreza. Abaixo desse limite seria impossível o indivíduo conseguir acesso às necessidades calóricas e nutricionais mínimas necessárias à vida (NOTA: O programa Bolsa família, do Governo Federal, distingue entre os muito pobres, que recebem menos de 70 reais per capita e os pobres, que recebem entre 70 e 140 per capita... site, CEF, outro).

O acesso à diversidade de modos de vida para além do modelo ocidental, industrial e mercantil nos permite compreender que existem grupos humanos que não dependem do dinheiro para garantir suas necessidades. Nesse sentido, nem todos com renda inferior a tais limites são miseráveis. Como um número cada vez maior de pessoas, no entanto, vive sob a égide de uma sociedade e economia mercantil e capitalista, tal distinção parece razoável. Pobres são todos aqueles que estão acima de tais limites e ainda abaixo da classe média.

À medida que subimos na escala econômico-social, no entanto, tal critério de renda se mostra mais e mais arbitrário para estabelecer segmentações. Isso porque acima do limite das necessidades nutricionais (e mesmo essa medida é arbitrária, como vimos, porque coloca o dinheiro como mediador e acesso único), o leque de escolhas por parte dos seres humanos é imenso.

De posse desses elementos podemos enriquecer a discussão em torno das famílias que trazemos aqui como exemplo: elas são pobres ou de classe média? A primeira família – os Zenos - tem três pessoas morando na mesma unidade residencial e renda total em torno de 2400,00. A outra - os Dilos - tem seis pessoas morando na mesma unidade residencial e renda total em torno de 1700 reais. As duas moram no Complexo do Alemão e não pagam, por circunstâncias diferentes, aluguel, podendo ser consideradas, para fins de nossa discussão, proprietárias de seus imóveis. Enquanto a segunda família se coloca claramente numa nos limites da pobreza (mas estando acima

dos limites do governo federal para ajudar os pobres...), a primeira estaria numa trajetória de ascensão social, já que dobrou sua renda entre 2004 e 2011, como se verá. Além disso, desde novembro de 2010, os Zenos moram no condomínio Jardim das Palmeiras. A passagem de uma “casa no morro” para um “apartamento num condomínio” é muito valorizada pela família.

Esse aumento na renda e a perceptível mudança em certos hábitos de consumo, aliada a certa autocompreensão de que está se mudando de lugar, como veremos, serão suficientes para definir a passagem bem sucedida de “pobres” a membros da “nova classe média” por parte dos Zenos?

Indo além e continuando a definir os conceitos de maneira imprecisa, a passagem para as classes médias é entendida muitas vezes como um movimento de “inclusão social”, no qual os pobres são - finalmente – introduzidos na cidade. Tal “inclusão social” só pode, no entanto, ser assegurada em contextos no qual o acesso a infraestrutura, bens públicos e educação garantam que as gerações futuras contem com recursos suplementares e estruturais aos novos padrões de consumo. Tornar o consumo indicador único da transição para uma nova classe social é unilateralizar a explicação da vida social e cometer um erro simétrico ao daquela ciência social que, no século XIX, considerava a produção (a posição dos indivíduos frente à propriedade dos meios de produção) o elemento único na definição das classes e seus modos de vida.

### 3 – CONSUMO DOS POBRES, CONSUMO DA “NOVA CLASSE MÉDIA: DOIS EXEMPLOS.

As duas famílias que escolhi aqui para ilustrar o exercício em torno da questão da inclusão social e da identidade de classes moram no Complexo do Alemão desde 1929 uma (é uma das mais antigas famílias ainda moradora da região) e 1970 outra.

Quando indagadas se sua vida está melhor nos últimos anos, elas responderam de forma distinta. Os Dilos afirmam “estar pior... tá tudo mais caro, o dinheiro não dá para comprar nada, os novos não conseguem emprego... (Dila, 98989898). Já os Zenos foram mais ambivalentes: “dizem que tá melhor pra nós, né, mas não sei não, a gente só

é classe média pra poder fazer mais dívidas”. Esta frase, e certa consciência crítica que supomos estar de alguma forma ligada a ela não pode ser, no entanto, absolutizada: o orgulho com que se movimenta Fernanda especialmente após a mudança para o Jardim das Palmeiras não deixa dúvida quanto as benesses de fazer parte da “nova classe média”.

### 3.1 – ASCENSÃO SOCIAL? (O CONSUMO ESPELHO DOS ZENOS)

Fernanda, a matriarca da família “Zeno”, tem 54 anos. Sua família era originalmente de Recife. O pai veio para o Rio de Janeiro no final de 1969 para trabalhar na construção da Ponte Rio-Niterói, sofreu um acidente sério – no qual vários outros colegas de trabalho morreram, acho importante registrar esse ponto – ficou em coma durante meses e só se recuperou totalmente para o trabalho em um ano. A família só soube do acidente alguns meses depois, e chegou ao Rio em abril de 1970, quando Fernanda tinha 12 anos. Fernanda tinha dez irmãos e a família era muito pobre. O pai de Fernanda conseguiu alugar uma pequena casa no Alto do Itararé, na área do Complexo do Alemão com banheiro, cozinha e um único e “minúsculo” cômodo no qual dormiam treze pessoas...

Aos 13 anos de idade Fernanda começou a trabalhar como empregada doméstica numa “casa de família”, e aos 17 se casou. Aos dezenove anos teve seu primeiro filho, de cinco partos. Dois morreram no primeiro ano de vida por problemas de saúde (uma por problemas no coração e a outra não resistiu ao pós-parto, prematura de seis meses e débil demais). O mais velho dos três filhos vivos tem hoje 34 anos, a filha 26 e o filho mais novo 16.

O marido de Fernanda é operário da construção civil, “faz de tudo”. Em 1998 ele pegou tuberculose (“nunca bebeu nem fumou”) e ficou afastado do trabalho durante muito tempo, cerca de seis anos. Isso levou a uma crise familiar muito séria, uma vez que Fernanda parara de trabalhar para cuidar da casa e tomar conta dos filhos desde que nasceu o primeiro. Essa crise levou a que Fernanda, um ano depois, começasse a trabalhar, ainda individualmente, com reciclagem de materiais sólidos.

Desde meados da década de 80 Fernanda se envolveu ativamente na militância, tanto em defesa das demandas dos moradores – teve uma atuação de proa na Associação

de Moradores do Itararé, permanecendo muito ativa lá até 1995, quando saiu por conta de uma gravidez de alto risco (justamente o segundo filho perdido, uma menina) - quanto na Igreja, frequentando e se envolvendo nas atividades sociais da Igreja Metodista de Higienópolis 1994. Também se envolve com a política partidária, apoiando diversos candidatos nas comunidades do complexo do Alemão desde as eleições de 1992, embora nunca tenha sido filiada a nenhum partido.

Até 1998 ele apoiou candidatos do PDT muito em função de sua vinculação com Marcelo Alencar (que foi, como sabemos, prefeito da cidade do Rio de Janeiro duas vezes - entre 1983 e 1986, nomeado pelo então Governador Leonel Brizola e entre 1988 e 1992, eleito pelo voto popular). Desde então vem dando preferência aos candidatos do PT e tem em Lula uma referência central para sua vida política e social, inclusive por sua trajetória rumo à criação da Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos do Complexo do Alemão (Coopcal, fundada em 2003). Os discursos de Lula durante a campanha de 2002 no qual prometia estímulo à reciclagem foram fundamentais para que Fernanda se decidisse pela criação da Coopcal (mas também existe uma versão religiosa segundo a qual o filho mais novo de Fernanda teria sido instrumento da voz de Deus – “o Lula vai ser presidente e vai ajudar a gente, vamos fazer reciclagem”, teria dito ele aos seis anos).

A Coopcal tem hoje vinte e cinco pessoas trabalhando nela. Desde abril de 2011 ela também cuida da coleta de lixo e da jardinagem do Condomínio Parque das Palmeiras (conjunto residencial construído pelo PAC). Ela pretende realizar um trabalho cooperativo, no qual todos que trabalham são igualmente responsáveis pelas decisões coletivas bem como pela repartição igualitárias dos ganhos

O impacto econômico e social da Coopcal sobre o padrão de vida e de consumo de Fernanda é evidente. Mas é importante destacar que essa trajetória de ascensão não é exclusivamente econômica, sendo as moedas do ativismo e da militância política, social e religiosa componentes fundamentais. Além da pequena renda recebida pelo marido (operário de uma pequena construtora na Penha, cerca de mil e cem reais líquidos), as rendas da Coopcal tem crescido e cada um de seus membros estaria retirando cerca de dois salários mínimos por mês desde o início de 2011. A renda da família de Fernanda, portanto, dobrou. Embora a diferença em termos absolutos não seja grande, ela permite uma grande transformação no padrão de vida e nas aspirações.

Fernanda se empenhou para mudar da casa onde morava no Itararé para um apartamento no Conjunto Habitacional Jardim das Palmeiras. Esse foi conjunto – ao mesmo tempo que outro condomínio na área contígua, no início da Estrada do Itararé, o Jardim das Acácias – foi entregue pelo Governo Federal junto com o Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro em outubro de 2010 no âmbito das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os terrenos eram da Prefeitura e foram comprados pelo Governo do Estado para a construção, por parte do Governo Federal, dos apartamentos. Os moradores não são proprietários dos apartamentos antes de se completarem cinco anos, e se comprometem a morar no local por um prazo mínimo de dez anos e a respeitar todas as convenções, bem como pagar as despesas do condomínio e de seu consumo de luz, água e gás.

A inauguração dos condomínios, em 25 de outubro, deu ensejo a um grande ato político com a presença do então presidente Lula, do Governador Sérgio Cabral e do Prefeito Eduardo Paes. Os apartamentos foram entregues prioritariamente aos moradores atingidos pelas chuvas de abril de 2010 (quando cerca de 1.200 casas na área do Complexo do Alemão foram condenadas pela Defesa Civil e seus moradores posteriormente retirados) e com renda familiar menor do que três salários mínimos. Começaram então a receber aluguel social e ficaram na expectativa de serem transferidos para as novas unidades residenciais a serem construídas. Distribuídas em blocos de quatro andares, as moradias têm área de 44,90 m<sup>2</sup> a 50,61 m<sup>2</sup>, dois quartos, sala, banheiro e cozinha e vaga para carro no estacionamento. Os condomínios também contam com área de lazer, salão de festas, praça de esportes e churrasqueira.

O apartamento de Fernanda possui 50,61 m<sup>2</sup> e ela foi selecionada por conta da renda e por viver numa casa que foi considerada “insalubre” pela Defesa Civil, embora não tenha sido condenada. Sabemos das dificuldades e polêmicas que rendem as seleções de beneficiários de obras públicas especialmente entre as camadas populares. Escolher dentre os mais pobres numa situação de escassez é sempre difícil e de alguma forma, arbitrário. Não há, no entanto, porque sermos ingênuos e imaginarmos que entre tais camadas não existam diferenças de recursos – políticos, culturais, sociais – que ajudem a explicar a porque de algumas escolhas e não outras.

De vez em quando surgem denúncias de que moradores que adquiriram seus imóveis em situações similares estão vendendo ou mesmo alugando essas unidades

residenciais. Uma reportagem de *O Globo* de janeiro de 2012 dizia que um apartamento típico no Jardim das Acácias estava à venda por 25 mil reais, e um no Jardim das Palmeiras estava sendo alugado por 450 reais ao mês. Os motivos para isso seriam as despesas excessivas com as contas e com o condomínio e/ou a valorização imobiliária da região, após a chegada do exército e, posteriormente, das UPPs.

Fernanda mora no Jardim das Palmeiras com o marido e com o filho Esdras, de 16 anos. Os outros dois filhos são casados e tem família própria, sendo que a filha de 24 anos já lhe deu dois netos, uma de 4 e uma menina de 2. Fernanda paga uma moça pra tomar conta dos dois netos na casa da filha durante a semana, “meio salário mínimo”.

As despesas com o apartamento são aproximadamente as seguintes: 80,00 com a taxa de condomínio, 80,00 de luz (ela possui um ar-condicionado de 7500 btus no quarto do filho que só é ligado nas noites de verão), 50,00 de gás (que ela considera “um absurdo”) e 30,00 de água. Ela paga desde março de 2012 um pacote de canais de uma televisão à cabo que custa 190,00, incluindo acesso à internet (“mais pro Esdras e o computador que ele usa muito, pra estudar e tudo”). As despesas com alimentação são em torno de 700,00 reais, mas incluindo que “(...) às vezes a gente faz um churrasquinho na casa dos filhos e uma vez ou outra a gente come num restauantezinho aqui perto domingo”. A casa é relativamente bem aparelhada, contando com geladeira, máquina de lavar, micro-ondas, televisão com uma tela de 32’ plana, etc.

Renda familiar em torno de 2.400 reais, gastos fixos em torno de 1700, sem incluir os gastos com a educação do filho de 16 anos que estuda numa escola pública estadual no segundo ano do ensino médio (para os quais não tenho dados). Fernanda mencionou ainda o consumo de roupas, falando em algumas marcas comuns aos jovens e mulheres de “classe média”: Nike e Adidas, ..... Essas compras de roupa tem sido feitas nos últimos anos em shoppings centers da região, e não mais nas lojas de rua da Nova Brasília, onde eram feitas até então. Existem ainda as despesas com telefone, pois além do telefone residencial, Fernanda e seu marido possuem, cada um, um telefone celular. A conta parece não fechar, mas sabemos da tendência universal em diminuir, quando indagados por outros, nossos próprios gastos e o quanto recebemos. Também não possuo, como voltarei a observar, nenhum dado acerca do nível de endividamento e o acesso ao crédito por parte deles.

### 3.2 – TRAJETÓRIA DE POBREZA (O CONSUMO PRECÁRIO DOS DILOS)

Dona Firmina tem 94 anos, tendo chegado do interior de Minas Gerais à Nova Brasília em 1929, quando a região era área rural e poucos sítios e moradores existiam. Seu pai já estava lá estabelecido como sitiante há três anos. Sua família é bastante pobre. No início a renda vinha das criações e plantações de seu pai. Hoje, seus irmãos e os maridos de suas irmãs são em geral ajudantes de comércio, motoristas ou trocadores de ônibus, operários desqualificados ou profissionais autônomos (serralheiros, marceneiros, etc).

Dona Firmina teve oito filhos, um morreu antes de completar um ano. São quatro mulheres e três homens vivos, sendo que quatro deles moram no Complexo do Alemão. Uma filha mora em Belford Roxo, o outro em Mesquita e um terceiro em Seropédica. Dona Firmina possui inúmeros sobrinhos, netos, sobrinhos-netos e bisnetos.

A família assistiu ao intenso processo de transformações que atravessou a região. De área semi-rural a “complexo de favelas”, tudo mudou, não apenas a densidade demográfica, o tipo de moradia, ou a relação com a “cidade”. De siantes a trabalhadores urbanos desqualificados a percepção subjetiva deles é de um progressivo empobrecimento. Como não conseguiram reconverter de alguma forma seu capital social e as relações que mantinham para um contexto de urbanização acelerada onde acesso à educação e capacitação profissional são essenciais, inseriram-se de forma precária no novo contexto.

Na casa onde ela mora atualmente – no mesmo terreno onde era a casa do pequeno sítio de seu pai – vivem seis pessoas: ela mesma, uma de suas filhas (Solange, de 54 anos) o marido (57 anos) e dois filhos destes, mais uma bisneta de Dona Firmina com nove anos. Dona Firmina recebe uma pensão equivalente a um salário mínimo, Solange é trocadora de ônibus (recebe 700,00 por mês) e seu marido Rogério é vendedor num Hortifruti da região, recebendo um salário mínimo.

Temos assim, grosso modo, uma renda de 1.700 reais para sete pessoas, uma vez que os três filhos de Solange e Rogério (38, 35 e 15 anos) não trabalham. Alegam inexistência de empregos, e a baixíssima escolaridade de todos (os dois mais velhos são praticamente semi-analfabetos e a mais nova está bastante atrasada - está no quinto ano - em relação a escolaridade desejável) reforça a probabilidade de que realmente seja muito difícil encontrá-los.

Não existe ainda televisão preparada para o sinal digital na casa de Dona Firmina, nem canais a cabo, apenas os abertos. Geladeira e máquina de lavar mostram o sinal dos tempos. O consumo de luz é regular, com medidor da Light à vista, mas o consumo de água não ficou claro para mim.

A casa possui um telefone residencial (o aparelho é bastante antigo, note-se de passagem), mas apenas Solange possui telefone celular.

Parte dos produtos alimentícios que a casa necessita são supridos por comerciantes que são também plantadores e criadores, uma vez que Dona Firmina mantém ainda vínculos com os filhos de amigos e conhecidos de seu pai que eram plantadores. Isto é válido para o consumo de hortifrutigranjeiros, mas não para o de carne, que agora é feito em supermercados e açougues, em contraste com a insistentemente mencionada fatura de carne de porco enquanto o pai de Dona Firmina era vivo.

#### 4 - CONSUMO E ASCENSÃO SOCIAL: O CONSUMO PODE AJUDAR A ENTENDER A SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA?

Até que ponto o exemplo das famílias aqui trazido pode nos ajudar a compreender melhor os mecanismos de ascensão e as classes sociais no Brasil contemporâneo? Antes de mais nada é importante deixar claro que estou consciente das limitações e incompletude dos dados e informações obtidos. Só posso me justificar trazendo a tona o fato de que tais dados e informações foram obtidos no quadro de uma pesquisa que não tratava diretamente da questão do consumo, mas sim das trajetórias sociais de moradores do Complexo do Alemão assistidos por “políticas sociais” do Governo (NOTA: nos marcos de um Auxílio de Pesquisa da FAPERJ - E-26/111.710/2010 -intitulado “Pobreza e economia popular no contexto da pacificação

das favelas do Rio de Janeiro: trajetórias sociais de moradores do complexo do alemão engajados em políticas sociais de segurança pública do governo”).

Não só são necessários maior aprofundamento de uma série de dados (especialmente para o consumo da família dos Dilos, no limite da pobreza) como também inexistem dados sobre a questão do endividamento, tão importante para compreender os mecanismos de consumo atuais como sabemos. Informações brutas iniciais indicam que metade dos cartões de crédito existentes na sociedade brasileira pertenceriam a tal “nova classe média”...

Em termos econômicos estritos e segundo a definição feita pela SAE da Presidência da República, a família dos Dilos está no limite da pobreza. Uma renda domiciliar de 1.700,00 com seis pessoas morando na residência temos 283,00 per capita. Aqui temos um importante exemplo dos problemas com as classificações que levam em consideração estritamente o critério de renda para a definição das “classes sociais”: os Dilos também não preenchem os critérios (“objetivos”) para ser assistidos por políticas de combate a pobreza (que consideram o limite máximo para isto ser 140,00, como já citei).

Já os Zenos teriam, seguindo a mesma hipótese, passado de pobres a “nova classe média”. Embora seus padrões de consumo e seu poder aquisitivo tenha aumentado bastante nos últimos anos (este último dobrou, de fato) não parece claro como esses padrões podem se manter no futuro, tanto em termos de expectativas subjetivas quanto em termos de adquirir acesso à bens indispensáveis à manutenção da tendência. Parece mais razoável postular a existência de um momento de transição no qual as (importantes) mudanças ascensionais ainda não estão assentadas, de modo a garantir a existência de uma nova classe social.

Voltando aos dados concretos do caso singular lembremos que o aumento de renda recente dos Zenos através da Coopcal depende, para sua continuidade ou mesmo estabilização, de uma série de elementos – apoio dos governos através de fiscalização sobre a lei de reciclagem dos resíduos sólidos (NOTA sobre a lei), manutenção da “pacificação”, etc – absolutamente frágeis. Não deixa de ser bastante significativo que o filho Esdras estude numa escola pública na região e eu não tenha ouvido nenhuma menção a gastos com os seus estudos.

Com relação a auto-definição dos Zenos, lembremos que eles não se iludem facilmente com seu novo status de pertencentes a “nova classe média” (“dizem que tá melhor pra nós, né, mas não sei não, a gente só é classe média pra poder fazer mais dívidas”). Mesmo se nos ativermos ao critério definido por Friedman (a expectativa de estar no futuro em uma situação melhor do que hoje), dificilmente os Zenos podem ser vistos como membros de uma “nova classe média”. É sobretudo a situação de descontrole em relação ao tráfico de drogas que aparece como fator de desestabilização e ameaça nas suas falas.

O que essa discussão pode trazer para esclarecer as imagens que fazemos e a auto compreensão que temos acerca da estrutura social brasileira? Não se trata, é claro, de negar os avanços na diminuição das desigualdades sociais na sociedade brasileira nos últimos vinte anos. Eles aconteceram e foram importantes. Mas é evidente que ainda sofreremos muito, como sociedade, o peso do passado de desigualdades extremas e fortemente hierarquizadas que fomos durante cinco séculos. Esforços sérios de superação dessas desigualdades terão que, obrigatoriamente, estar na pauta de prioridade do Estado e da sociedade brasileiras por muito tempo. A infra-estrutura urbana e o acesso à educação tem se mostrado barreiras difíceis de serem superadas

O que os exemplos individuais aqui explorados nos transmitiram foi o cuidado que devemos ter com a utilização de critérios exclusivamente monetários para a definição de classes sociais, especialmente quando eles pretendem embasar políticas públicas. Classificações tão rigorosas e “objetivas” acabam colocando na sombra os processos – simultaneamente econômicos, sociais, culturais e políticos – cotidianos que, ao se cristalizarem em maior ou menor medida, permitem a transição. O que ganham em “objetividade” perdem em capacidade explicativa. Se quisermos entender o processo de diminuição das desigualdades em curso na sociedade brasileira e a transformação na morfologia das classes sociais devemos fazer mais e melhores estudos etnográficos sobre as classes populares, investigando seu universo na totalidade. O consumo é uma aposta privilegiada nessa direção.

## BIBLIOGRAFIA:

BARROS, Carla. 2007. “Consumo, Hierarquia e Mediação: Um Estudo Antropológico no Universo das Empregadas Domésticas”. Texto apresentado no XXXI ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), Rio de Janeiro.

CAMPBELL, Collin. 1987. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno.

CASTILHO, Sérgio R. R.

2004. Consumo de roupas, identidade(s) e modernidade(s) no nordeste: uma etnografia da *Saron Fashion e Presentes*. XXVIII Congresso da ANPOCS - Caxambu, 26 a 30 de outubro. Anais em CD-ROM.

2006. “Memória, experiência urbana e consumo entre famílias populares no bairro do Jacintinho, Maceió, Nordeste do Brasil”. In: LEITÃO Débora Krischke; OLIVEIRA LIMA, Diana Nogueira de; MACHADO, Rosana Pinheiro. (Orgs.). Antropologia & Consumo - diálogos entre Brasil e Argentina. Porto Alegre: Editora Age Ltda. Pp. 141-157.

DUARTE, L.F. 1986. Da vida nervosa das classes trabalhadoras. Rio de Janeiro: Zahar.

HOGGART, R. 1996. [1957]. The uses of literacy: aspects of working-class life. London: Penguin.

LEWIS, Oscar. 1975. La vida. Una familia puertorriquenha en la cultura de la pobreza: San Juan y Nueva York. México: Joaquín Mortiz.

LIPOVETSKI, Gilles. 2007. A felicidade paradoxal – ensaios sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras.

MILLER, Daniel

1987. Material Culture and Mass Consumption. Basil Blackwell: Oxford.

2008. The Comfort of Things. Polity: Cambridge.

NERI, M. C. (Coord). A nova classe média. Rio de Janeiro: FGV/ IBRE, CPS, 2008. Disponível em: <[http://www3.fgv.br/ibrecps/M3/M3\\_ANovaClasseMedia\\_Port\\_2.pdf](http://www3.fgv.br/ibrecps/M3/M3_ANovaClasseMedia_Port_2.pdf)>. Acesso em: 10/04/2012.

ROCHA, Angela da; SILVA, Jorge Ferreira da . 2008 . Inclusão social e marketing na base da pirâmide: uma agenda de pesquisa. Revista de Administração de Empresas. vol.7 no.2. São Paulo, july/dec. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/s1676-56482008000200007>. Acesso em 10/08/2012.

SARTI, 1996.

VELOSO, L. 2011. Class as everyday imagination and practice in Brazil.

ZALUAR, Alba. 1985. A máquina e a revolta. Rio de Janeiro: Zahar.

